

VOL I

# EDUCAÇÃO:

TEORIAS, MÉTODOS E PERSPECTIVAS

PAULA ARCOVERDE CAVALCANTI  
(ORGANIZADORA)

 EDITORA  
ARTEMIS  
2021

VOL I

# EDUCAÇÃO:

TEORIAS, MÉTODOS E PERSPECTIVAS

PAULA ARCOVERDE CAVALCANTI  
(ORGANIZADORA)

 EDITORA  
ARTEMIS  
2021



O conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons Atribuição-Não-Comercial NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0). Direitos para esta edição cedidos à Editora Artemis pelos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento, desde que sejam atribuídos créditos aos autores, e sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A responsabilidade pelo conteúdo dos artigos e seus dados, em sua forma, correção e confiabilidade é exclusiva dos autores. A Editora Artemis, em seu compromisso de manter e aperfeiçoar a qualidade e confiabilidade dos trabalhos que publica, conduz a avaliação cega pelos pares de todos manuscritos publicados, com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

<b>Editora Chefe</b>	Prof.ª Dr.ª Antonella Carvalho de Oliveira
<b>Editora Executiva</b>	M.ª Viviane Carvalho Mocellin
<b>Direção de Arte</b>	M.ª Bruna Bejarano
<b>Diagramação</b>	Elisangela Abreu
<b>Organizadora</b>	Prof.ª Dr.ª Paula Arcoverde Cavalcanti
<b>Imagem da Capa</b>	Daniel Collier / 123RF
<b>Bibliotecário</b>	Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

#### Conselho Editorial

Prof. Dr. Adalberto de Paula Paranhos, Universidade Federal de Uberlândia  
Prof.ª Dr.ª Amanda Ramalho de Freitas Brito, Universidade Federal da Paraíba  
Prof.ª Dr.ª Ana Clara Monteverde, *Universidad de Buenos Aires, Argentina*  
Prof. Dr. Ángel Mujica Sánchez, *Universidad Nacional del Altiplano, Peru*  
Prof.ª Dr.ª Angela Ester Mallmann Centenaro, Universidade do Estado de Mato Grosso  
Prof.ª Dr.ª Begoña Blandón González, *Universidad de Sevilla, Espanha*  
Prof.ª Dr.ª Carmen Pimentel, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof.ª Dr.ª Catarina Castro, Universidade Nova de Lisboa, Portugal  
Prof.ª Dr.ª Cláudia Neves, Universidade Aberta de Portugal  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos, Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof.ª Dr.ª Deuzimar Costa Serra, Universidade Estadual do Maranhão  
Prof.ª Dr.ª Eduarda Maria Rocha Teles de Castro Coelho, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal  
Prof. Dr. Eduardo Eugênio Spers, Universidade de São Paulo  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima  
Prof.ª Dr.ª Elvira Laura Hernández Carballido, *Universidad Autónoma del Estado de Hidalgo, México*  
Prof.ª Dr.ª Emilas Darlene Carmen Lebus, *Universidad Nacional del Nordeste/ Universidad Tecnológica Nacional, Argentina*  
Prof.ª Dr.ª Erla Mariela Morales Morgado, *Universidad de Salamanca, Espanha*  
Prof. Dr. Ernesto Cristina, *Universidad de la República, Uruguay*  
Prof. Dr. Ernesto Ramírez-Briones, *Universidad de Guadalajara, México*  
Prof. Dr. Gabriel Díaz Cobos, *Universitat de Barcelona, Espanha*  
Prof. Dr. Geoffroy Roger Pointer Malpass, Universidade Federal do Triângulo Mineiro  
Prof.ª Dr.ª Glória Beatriz Álvarez, *Universidad de Buenos Aires, Argentina*  
Prof. Dr. Gonçalo Poeta Fernandes, Instituto Politécnico da Guarda, Portugal  
Prof. Dr. Gustavo Adolfo Juarez, *Universidad Nacional de Catamarca, Argentina*  
Prof.ª Dr.ª Iara Lúcia Tescarollo Dias, Universidade São Francisco  
Prof.ª Dr.ª Isabel del Rosario Chiyon Carrasco, *Universidad de Piura, Peru*  
Prof. Dr. Ivan Amaro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Iván Ramon Sánchez Soto, *Universidad del Bío-Bío, Chile*  
Prof.ª Dr.ª Ivânia Maria Carneiro Vieira, Universidade Federal do Amazonas

Prof. Me. Javier Antonio Albornoz, *University of Miami and Miami Dade College, USA*  
Prof. Dr. Jesús Montero Martínez, *Universidad de Castilla - La Mancha, Espanha*  
Prof. Dr. Joaquim Júlio Almeida Júnior, *UnifIMES - Centro Universitário de Mineiros*  
Prof. Dr. Juan Carlos Mosquera Feijoo, *Universidad Politécnica de Madrid, Espanha*  
Prof. Dr. Juan Diego Parra Valencia, *Instituto Tecnológico Metropolitano de Medellín, Colômbia*  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro, *Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro*  
Prof. Dr. Leinig Antonio Perazolli, *Universidade Estadual Paulista*  
Prof.ª Dr.ª Lúvia do Carmo, *Universidade Federal de Goiás*  
Prof.ª Dr.ª Luciane Spanhol Bordignon, *Universidade de Passo Fundo*  
Prof. Dr. Manuel Ramiro Rodriguez, *Universidad Santiago de Compostela, Espanha*  
Prof. Dr. Marcos Augusto de Lima Nobre, *Universidade Estadual Paulista*  
Prof. Dr. Marcos Vinicius Meiado, *Universidade Federal de Sergipe*  
Prof.ª Dr.ª Margarida Márcia Fernandes Lima, *Universidade Federal de Ouro Preto*  
Prof.ª Dr.ª Maria Aparecida José de Oliveira, *Universidade Federal da Bahia*  
Prof.ª Dr.ª Maria do Céu Caetano, *Universidade Nova de Lisboa, Portugal*  
Prof.ª Dr.ª Maria do Socorro Saraiva Pinheiro, *Universidade Federal do Maranhão*  
Prof.ª Dr.ª Maria Lúcia Pato, *Instituto Politécnico de Viseu, Portugal*  
Prof.ª Dr.ª Maurícea Silva de Paula Vieira, *Universidade Federal de Lavras*  
Prof.ª Dr.ª Odara Horta Boscolo, *Universidade Federal Fluminense*  
Prof.ª Dr.ª Patrícia Vasconcelos Almeida, *Universidade Federal de Lavras*  
Prof.ª Dr.ª Paula Arcoverde Cavalcanti, *Universidade do Estado da Bahia*  
Prof. Dr. Rodrigo Marques de Almeida Guerra, *Universidade Federal do Pará*  
Prof. Dr. Sergio Bitencourt Araújo Barros, *Universidade Federal do Piauí*  
Prof. Dr. Sérgio Luiz do Amaral Moretti, *Universidade Federal de Uberlândia*  
Prof.ª Dr.ª Sílvia Inés del Valle Navarro, *Universidad Nacional de Catamarca, Argentina*  
Prof.ª Dr.ª Teresa Cardoso, *Universidade Aberta de Portugal*  
Prof.ª Dr.ª Teresa Monteiro Seixas, *Universidade do Porto, Portugal*  
Prof. Dr. Turpo Gebera Osbaldo Washington, *Universidad Nacional de San Agustín de Arequipa, Peru*  
Prof. Dr. Valter Machado da Fonseca, *Universidade Federal de Viçosa*  
Prof.ª Dr.ª Vanessa Bordin Viera, *Universidade Federal de Campina Grande*  
Prof.ª Dr.ª Vera Lúcia Vasilévski dos Santos Araújo, *Universidade Tecnológica Federal do Paraná*  
Prof. Dr. Wilson Noé Garcés Aguilar, *Corporación Universitaria Autónoma del Cauca, Colômbia*

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

E24 Educação [livro eletrônico]: teorias, métodos e perspectivas: vol I /  
Organizadora Paula Arcoverde Cavalcanti. – Curitiba, PR: Artemis,  
2021.

Formato: PDF  
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader  
Modo de acesso: World Wide Web  
ISBN 978-65-87396-30-9  
DOI 10.37572/EdArt\_170421309

1. Educação. 2. Ensino – Metodologia. 3. Prática de ensino. I.  
Cavalcanti, Paula Arcoverde.

CDD 371.72

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

## APRESENTAÇÃO

O Livro **“Educação: Teorias, Métodos e Perspectivas”** é composto de trabalhos que possibilitam uma visão de fenômenos educacionais que abarcam questões relacionadas às teorias, aos métodos, às práticas, à formação docente e de profissionais de diversas áreas do conhecimento, bem como, perspectivas que possibilitam ao leitor um elevado nível de análise.

Sabemos que as teorias e os métodos que fundamentam o processo educativo não são neutros. A educação, enquanto ação política, tem um corpo de conhecimentos e, o processo formativo dependerá da posição assumida, podendo ser incluyente ou excluyente.

Nesse sentido, o atual contexto – econômico, social, político – aponta para a necessidade de pensarmos cada vez mais sobre a educação a partir de perspectivas teóricas e metodológicas que apontem para caminhos com dimensões e proposições alternativas e incluyentes.

O Volume I reúne 25 trabalhos luso-hispânicos que proporcionam reflexões acerca das teorias educacionais, formação inicial e continuada. Neles, a formação é compreendida como uma das possibilidades para ressignificar os processos educativos para a transformação dos sujeitos. Novas perspectivas são apresentadas como tentativas em superar as dificuldades produzidas por mudanças no plano económico, político, social e cultural etc.

A educação, entendida como um processo amplo que envolve várias dimensões, precisa ser (re)pensada, (re)analizada, (re)dimensionada, (re) direcionada.

Espero que façam uma boa leitura!

Paula Arcoverde Cavalcanti

## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1.....1**

A JOVEM HISTÓRIA DE AMOR ENTRE A EDUCAÇÃO E O CINEMA: FILMANDO O CURSO DE UM ROMANCE

Tatiana Perin Pacheco

**DOI 10.37572/EdArt\_1704213091**

### **CAPÍTULO 2 .....11**

ADQUISICIÓN DE COMPETENCIAS PROFESIONALES EN LA FORMACIÓN DE RESIDENTES EN BIOQUÍMICA TOXICOLÓGICA EN EL CONTEXTO DE LA UNIVERSIDAD

Glória Álvarez

Miguel Ángel Chaves Zambrano

**DOI 10.37572/EdArt\_1704213092**

### **CAPÍTULO 3 .....22**

AS CONTRIBUIÇÕES DA UNDIME NA FORMAÇÃO DOS GESTORES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO NO MARANHÃO-BRASIL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Deuzimar Costa Serra

Marilde Queiroz Guedes

**DOI 10.37572/EdArt\_1704213093**

### **CAPÍTULO 4 .....33**

ASSIDUIDADE E FATORES ORGANIZACIONAIS NO (IN)SUCESSO DO ENSINO POLITÉCNICO. PROCEDIMENTOS NA ESCOLA SUPERIOR DE TURISMO E HOTELARIA DO POLITECNICO DA GUARDA-PORTUGAL

Gonçalo José Poeta Fernandes

Adriano Azevedo Costa

José Alexandre Martins

**DOI 10.37572/EdArt\_1704213094**

### **CAPÍTULO 5 .....45**

(DES)MOTIVAÇÃO DOS DOCENTES DE EDUCAÇÃO FÍSICA: UM ESTUDO NA ILHA TERCEIRA - AÇORES (PORTUGAL)

Eduarda Maria Rocha Teles de Castro Coelho

Ana Rita Bravo Nogueira

Isabel Maria Rodrigues Gomes

Sandra Celina Fonseca

Antonino Pereira

**DOI 10.37572/EdArt\_1704213095**

**CAPÍTULO 6 ..... 55**

DIALOGIA E ENUNCIÇÃO NA CAPACITAÇÃO DOCENTE EM AMBIENTES DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA: A MATERIALIDADE DO JOGO DE VOZES NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

Ana Maria Alves Pereira dos Santos  
Alexandre Ferreira da Costa

DOI 10.37572/EdArt\_1704213096

**CAPÍTULO 7 ..... 73**

EDUCAÇÃO DE ADULTOS: A HISTÓRIA DO MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO EM PATOS DE MINAS/MG (1970-1980)

Leni Rodrigues Coelho

DOI 10.37572/EdArt\_1704213097

**CAPÍTULO 8 ..... 93**

EDUCAÇÃO INFANTIL: ASPECTOS DO PROCESSO DE PROFISSIONALIZAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOCENTE NO BRASIL

Viviane de Lourdes Costa Rosa dos Santos  
Jaime Farias Dresch

DOI 10.37572/EdArt\_1704213098

**CAPÍTULO 9 ..... 108**

EDUCACIÓN SUPERIOR EN REGIONES PERIFÉRICAS. INSTITUCIONALIZACIÓN DE LA FORMACIÓN DOCENTE UNIVERSITARIA EN SANTA CRUZ, ARGENTINA

Valeria de los Ángeles Bedacarratx

DOI 10.37572/EdArt\_1704213099

**CAPÍTULO 10 ..... 118**

ENSINO FUNDAMENTAL, CICLOS E QUALIDADE DA EDUCAÇÃO: RETOMANDO QUESTÕES

Ocimar Munhoz Alavarse  
Paulo Henrique Arcas  
Cristiane Machado

DOI 10.37572/EdArt\_17042130910

**CAPÍTULO 11 ..... 130**

ESTUDIO DEL PLAGIO ACADÉMICO ENTRE EL ALUMNADO UNIVERSITARIO A PARTIR DEL ANÁLISIS TEXTUAL DE SUS OPINIONES

Jose Antonio Sarmiento Campos

Camilo Isaac Ocampo Gómez

Alberto José Barreira Arias

María Dolores Castro Pais

Pablo Rodríguez Álvarez

**DOI 10.37572/EdArt\_17042130911**

**CAPÍTULO 12..... 144**

EXPERIENCIA DOCENTE EN PASANTÍAS DE INVESTIGACIÓN EN ZOOLOGÍA CON ESTUDIANTES DE PROFESORADO DE EDUCACIÓN MEDIA

Carmen Viera

**DOI 10.37572/EdArt\_17042130912**

**CAPÍTULO 13.....153**

IMPACTO DE LA EDUCACIÓN AMBIENTAL EN LA CONCIENCIA DE LOS ESTUDIANTES DE PREPARATORIA

Maria Guadalupe Martinez Treviño

Catalina Vargas Ramos

**DOI 10.37572/EdArt\_17042130913**

**CAPÍTULO 14 .....165**

INCLUSIÓN EN ALEMANIA: UNA VISIÓN COMPARADA DE LOS ESTADOS FEDERALES “LÄNDER”

Magdalena Riusech Farrero

**DOI 10.37572/EdArt\_17042130914**

**CAPÍTULO 15..... 189**

LA CONSOLIDACIÓN DE PRÁCTICAS DE MERCADO EN LA EDUCACIÓN CHILENA A PARTIR DE UNA POLÍTICA EDUCATIVA DES-MERCANTILIZADORA

Hernán Mateluna Estay

**DOI 10.37572/EdArt\_17042130915**

**CAPÍTULO 16 ..... 198**

LA FORMACIÓN INICIAL DOCENTE Y SUS VICISITUDES EN LA ELECCIÓN DE LA CARRERA

Santiago Delgado Coronado

**DOI 10.37572/EdArt\_17042130916**



**CAPÍTULO 17.....220**

LA HISTORIA REGIONAL ENSEÑADA EN COMUNIDADES PLURICULTURALES DE CHIAPAS

[Marco Antonio Sánchez Daza](#)

**DOI 10.37572/EdArt\_17042130917**

**CAPÍTULO 18 ..... 237**

LA INTERACCIÓN DISCURSIVA DOCENTE-ESTUDIANTES DESDE LA CONTEXTUALIZACIÓN DEL DISCURSO EN EL AULA DE CIENCIA. UN ESTUDIO DE CASO

[Guillermo Cutrera](#)

[Marta Massa](#)

[Silvia Stipcich](#)

**DOI 10.37572/EdArt\_17042130918**

**CAPÍTULO 19 .....248**

MÉTODO DELPHI SOBRE TRANSICIONES Y TRAYECTORIAS DE ACCESO A LOS ESTUDIOS DE MÁSTER DE CIENCIAS SOCIALES EN ESPAÑA

[Mercedes Torrado Fonseca](#)

[Mercedes Reguant Álvarez](#)

[Carolina Quirós Domínguez](#)

**DOI 10.37572/EdArt\_17042130919**

**CAPÍTULO 20.....259**

O AUTOCUIDADO DO CUIDADOR FAMILIAR: INTERVENÇÃO PSICOEDUCATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS PESSOAIS/SOCIAIS

[Lisneti Maria de Castro](#)

[Dayse Neri de Souza](#)

[Anabela Pereira](#)

**DOI 10.37572/EdArt\_17042130920**

**CAPÍTULO 21.....269**

O CURRÍCULO E A AVALIAÇÃO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL CONTÍNUA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE BRASIL E PORTUGAL

[Maria Palmira Carlos Alves](#)

[Larissa Melo Matos](#)

**DOI 10.37572/EdArt\_17042130921**

<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>280</b>
PROFESIONALIZACIÓN DOCENTE UNIVERSITARIO	
<i>Ana María Borja</i>	
<b>DOI 10.37572/EdArt_17042130922</b>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>307</b>
PROFESORADO UNIVERSITARIO Y PROCESOS DE FORMACIÓN: ¿CÓMO SE LLEGA A LA INNOVACIÓN? TENSIONES INSTITUCIONALES Y PERFILES DOCENTES	
<i>Gabriel Asprella</i>	
<b>DOI 10.37572/EdArt_17042130923</b>	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>322</b>
RECONFIGURACIÓN DEL PERFIL DE LOS ESTUDIANTES NORMALISTAS DESPUÉS DE LA REVOLUCIÓN MEXICANA	
<i>María Guadalupe Escalante Bravo</i>	
<b>DOI 10.37572/EdArt_17042130924</b>	
<b>CAPÍTULO 25</b> .....	<b>336</b>
SUBJETIVIDAD, CONOCIMIENTO Y PROFESIONALIDAD EN LA FORMACIÓN DOCENTE MAGISTERIAL	
<i>Nancy Esther Salvá Tosi</i>	
<i>Ana Karina Irastorza Rodríguez</i>	
<i>Margaret Zamarrena Labandera</i>	
<i>Daina Alicia Varela Daray</i>	
<b>DOI 10.37572/EdArt_17042130925</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>346</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>347</b>

# CAPÍTULO 15

## LA CONSOLIDACIÓN DE PRÁCTICAS DE MERCADO EN LA EDUCACIÓN CHILENA A PARTIR DE UNA POLÍTICA EDUCATIVA DES-MERCANTILIZADORA

*Data de submissão: 03/02/2021*

*Data de aceite: 05/03/2021*

**Hernán Mateluna Estay**

Universidad Autónoma de Barcelona,  
Barcelona, España

hernanmateluna@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-8259-4014>

**RESUMEN:** El sistema educativo chileno se ha establecido como uno de los más privatizados en el mundo. Sin embargo, a causa de las protestas de los movimientos estudiantiles de los años 2006 y 2011 para acabar con las prácticas de mercado en educación, el gobierno en el año 2014 promete una reforma educacional para cumplir dicha demanda. La primera ley de esta reforma es la denominada “ley de Inclusión Escolar”, la que se constituye en el punto de partida en el proceso de des-mercantilización del sistema educativo chileno. Este trabajo analiza el proceso de construcción y aprobación de una política “des-mercantilizadora” en uno de los sistemas educativos más privatizados del mundo. La investigación se fundamenta en el enfoque analítico de la Economía Política Cultural aplicada a la adopción de

políticas educativas. A nivel metodológico el trabajo examina documentos oficiales relacionados con la elaboración de la ley, así como también los fundamentos teóricos que utilizó el gobierno para justificarla. El trabajo examina la trayectoria de la ley, las disputas por lograr su aprobación y la oportunidad de consensuar entre la derecha y la izquierda la consolidación de prácticas de mercado en el sistema educativo.

**PALABRAS CLAVE:** Chile. Des-mercantilización. Educación. Mercado escolar. Ley de Inclusión Escolar.

THE CONSOLIDATION OF MARKET PRACTICES IN CHILEAN EDUCATION BASED ON A DECOMMODIFICATION POLICY

**ABSTRACT:** The Chilean educational system has been set as one of the most privatized in the world. However, due to the student movements from to 2006 to 2011 where they requested to end the practices of market in education, the Government in 2014 promised an educational reform to meet that demand. The first law of this reform is the named “school inclusion law”, that is the starting point in the process of diminishing the market dynamics of the Chilean educational system. This paper analyses the process of

construction and approval of a “de-commoditizing” policy in one of the most privatized educational systems in the world. Theoretically, the paper is based on the analytical approach of the Cultural Political Economy applied to adopting educational policies. Methodologically it examines official documents relating to the drafting of the bill, as well as the theoretical foundations that the Government used to justify it. The paper examines the trajectory of the law, the disputes to obtain its approval and the opportunity to obtain consensus in the consolidation of market practices in the education system between the right and left party.

**KEYWORDS:** Chile. Decommodification. Education. School market. School inclusion law.

## 1 INTRODUCCIÓN

Durante la dictadura chilena, en la década de los 80, se inicia una transformación del sistema educativo basándose en las concepciones neoliberales de Milton Friedman. Esta transformación, reduce la función del Estado a un rol subsidiario (Ruiz, 2010), porque es el mercado el que pasa a ser el principio regulador del sistema educativo (Ruiz, 2012). Así se configura un sistema descentralizado de educación que se fundamenta en la libertad de elección que tienen las familias para elegir la escuela donde enviarán a sus hijos a través del sistema de cheque escolar “voucher” (Friedman, 1966) y un sistema de financiamiento por parte del Estado de subvenciones a la demanda en función al servicio prestado para asegurar la competencia entre las diversas escuelas (Jofré, 1988).

Este sistema de financiamiento por parte del Estado era el mismo para las escuelas públicas y particulares subvencionadas<sup>1</sup>. Esta igualdad de trato termina otorgando grandes ventajas al sector particular subvencionado (Falabella, 2015), tales como poder lucrar con fondos públicos, cobrar una mensualidad a las familias y seleccionar a sus estudiantes. En este contexto las escuelas particulares subvencionadas aumentaron su matrícula en desmedro de la educación pública debido a la fuga de los estudiantes de medianos ingresos (Canales, Bellei y Orellana, 2016; Hsieh y Urquiola, 2006; Valenzuela, Villalobos y Gomez, 2013). Esto ha repercutido en la segregación del sistema educacional chileno hasta llegar a ser uno de los más segregados del mundo (OECD, 2013).

Este contexto fue puesto en entredicho por los movimientos estudiantiles de los años 2006 y 2011. Como respuesta, se instala la necesidad de modificar el sistema educativo mediante una reforma educacional, la cual de acuerdo a la cuenta pública anual realizada por el gobierno en el año 2015, busca el fortalecimiento de la educación pública y terminar con la lógica de mercado en el sistema educativo chileno (Ministerio de Educación, 2015).

<sup>1</sup> Escuelas administradas de forma privada que reciben subvención estatal.

Esta reforma educacional está pensada por etapas o leyes independientes que en su conjunto conforman la reforma. La primera ley corresponde a la 20.845, también conocida como ley de Inclusión Escolar, la cual modifica diversos cuerpos legales y establece 38 artículos transitorios. La promulgación de esta ley en el año 2015, supuso el punto de partida dentro del proceso de “des-mercantilización” del sistema educativo chileno, a partir de la eliminación de tres prácticas de mercado de la educación que recibe subvención estatal: lucro, selección escolar y financiamiento compartido.

## **2 APROXIMACIÓN METODOLÓGICA**

Esta investigación analiza la trayectoria desde la elaboración hasta la promulgación de la ley de Inclusión Escolar, utilizando el modelo establecido por Jessop (2010) a través de herramientas conceptuales de la economía política cultural respecto a la interacción que existe entre los factores materiales y semióticos en los mecanismos evolutivos de selección, retención y variación que permiten explicar las transformaciones institucionales. Estos mecanismos de análisis han sido desarrollados en diferentes contextos para analizar la adopción de las políticas educativas, y que posteriormente es desarrollado por Verger (2016) para el análisis de políticas educativas (Verger, Fontdevila y Zancajo, 2017). Para la investigación sobre la trayectoria de la ley de Inclusión Escolar se analizaron discursivamente documentos relacionados con el proceso de elaboración de la misma teniendo como patrones preestablecidos los conceptos de lucro, selección y financiamiento compartido o copago.

## **3 VARIACIÓN. EL SENTIDO COMÚN DEL NEOLIBERALISMO EN ENTREDICHO**

El primer momento de la adopción de políticas corresponde a la variación, en la cual como resultado a situaciones críticas e insatisfactorias en el sistema educativo, se revisan las prácticas políticas dominantes y emergen nuevos discursos y propuestas para responder las demandas. En la etapa de variación de la actual reforma educativa chilena, se reconocen dos momentos claves de crisis en el sistema educativo que propiciaron su emergencia: los movimientos estudiantiles de los años 2006 y 2011. Ambos movimientos lograron influir en las políticas públicas propiciando la reforma educacional que se propone des-mercantilizar la educación y proponerla como un derecho social (Bellei, 2016; Picazo y Pierre, 2016).

En un primer momento, el movimiento de escolares del 2006 logra una gran amplitud y cuentan con el apoyo masivo de la ciudadanía, sin embargo los cambios que consiguen no alteran la lógica neoliberal del modelo educativo (Garretón et al. 2011),

por el contrario, la conducción que dio la clase política al conflicto finalmente permitió la intensificación de otro tipo de políticas de mercado como la de rendición de cuentas (Parcerisa y Falabella, 2017).

Ante la insatisfacción por los cambios producidos y con la maduración del proceso anterior (Bellei, Cabalin y Orellana, 2014), surge en el año 2011 un movimiento de universitarios que van a incorporar las propuestas de los escolares sobre la defensa de la educación pública y el fin al lucro en el sistema educativo (García-Huidobro, 2011). Este nuevo movimiento no se va a conformar con la “política de los consensos” propia del retorno a la democracia chilena (Moulian, 1997), sino que ahora la demanda se articula exigiendo que el modelo educativo de mercado sufra un “cambio de paradigma” (Boric, 2012).

En el corto y largo plazo, estos movimientos lograron impactar y modificar la política educativa chilena (Bellei y Cabalin, 2013), no solo como movimiento, sino posteriormente como parlamentarios, ya que cuatro de esos líderes estudiantiles llegarían en el año 2014 al parlamento y participarían activamente en la promulgación de las leyes de la reforma al mercado educativo. Esta nueva generación de líderes, que nacen o crecen ya en democracia, no se sentían coartados por esta idea de “democracia limitada” (Falabella, 2015, p. 706) que condicionó los cambios en el retorno a la democracia. Para ellos la hegemonía de las ideas neoliberales en educación no era de sentido común (Cabalin, 2012), por lo que exigieron acabar con el modelo de mercado en la educación.

#### **4 SELECCIÓN. LA EDUCACIÓN COMO DERECHO SOCIAL**

La segunda etapa en el proceso de adopción de políticas es la selección. Esta es la fase en que ya habiendo interpretado la crisis, los policy makers elijen determinadas soluciones políticas que se consideran mas adecuadas para solucionarla y se descartan otras. Debido a que el movimiento del 2011 no logró que el gobierno de centro-derecha hiciera cambios estructurales al modelo educativo, esto significó una oportunidad para que la centro-izquierda re-articulase su discurso de cara a las elecciones del 2013, tomando las demandas del movimiento (Segovia y Gamboa, 2012) y posteriormente incluyéndolas en el programa de gobierno de la por ese entonces candidata Bachelet (Bellei, 2016). En su programa Bachelet se comprometía a realizar tres reformas estructurales: tributaria, de educación y constitucional. La reforma tributaria es la que permitiría financiar a la educativa, y así poder cumplir con lo ambicioso de está última, ya que busca “un cambio de paradigma” que “implica pasar de la educación como un bien que es posible transar en el mercado (...) a un sistema educacional coordinado que ofrece a las niñas, niños y jóvenes de Chile un derecho social” (Bachelet, 2013, p. 17).

Asimismo, en esta etapa juegan un papel determinante “una gama de factores ideacionales” (Verger, 2016, p. 72), tales como ideologías, marcos o paradigmas políticos. En el caso de la reforma educativa y de la ley de Inclusión Escolar en Chile, ese factor ideacional fue la idea del derecho social. Esta idea atribuible a T.H. Marshall (1950) nos dice que hay ciertos aspectos mínimos de bienestar esenciales para todas las personas, tales como la educación, salud o vivienda, que no dependen de su renta, sino del estatus de ciudadano. Fernando Atria, uno de los autores intelectuales de la reforma, encuentra en los derechos sociales la forma de superar la desigualdad producida por la educación entendida como bien de mercado, ya que la educación como derecho social significa que todos por ser ciudadanos tienen el mismo derecho a ella; en cambio cuando la educación es un bien de mercado, esta se distribuye según la capacidad de pago de las familias (Atria, 2014). Este nuevo contexto que piensa la educación como un derecho social, corresponde para Atria a un nuevo paradigma en educación que reemplaza al neoliberal, sin estatizar la educación ni suprimir al sector privado, solo que les exige adecuarse al “régimen de lo público” eliminando el lucro, la selección escolar y el financiamiento compartido (Atria et al, 2013; Atria, 2014).

El proceso de adopción de esta política dejó de manifiesto la alta privatización que alcanzó el sistema educativo chileno, puesto que Chile se establecía como una “sociedad de referencia” (Schriewer, 1993) al ser el único país en el mundo donde escuelas que reciben fondos públicos lucran, seleccionan y cobran a los padres (Biblioteca del Congreso Nacional de Chile/BCN, 2015, p. 753). En efecto, en esta etapa en donde las influencias internacionales son más visibles (Verger, 2016), ocurría que no había ningún país que sirviera como ejemplo para justificar el mantenimiento del modelo educativo.

## **5 RETENCIÓN: CAMBIO DE PARADIGMA EN LA MEDIDA DE LO POSIBLE**

La última etapa en la adopción de políticas corresponde a la retención. Esta es la fase de negociación para que las políticas educativas sean institucionalizadas en el marco regulatorio. Para Verger (2016) esta es la etapa potencialmente más crítica, ya que surgen con más fuerza los movimientos de oposición que pueden “desplazar” (p. 74) los planes del gobierno.

El gobierno contaba con la mayoría para lograr la aprobación de la ley, pero debía alinear a su propia coalición para lograr sacar adelante el proyecto, ya que estaba formada en un extremo por el Partido Comunista y en el otro por la Democracia Cristiana, cercana al centro. En el caso chileno, al igual que sucede en otros contextos, las coaliciones son tan diversas ideológicamente, que resulta muy difícil llegar a acuerdos para tomar medidas

drásticas como la privatización de la educación. En este caso esa diversidad suponía una dificultad para llegar a acuerdos para desprivatizar la educación, que ha sido un emblema del paradigma neoliberal experimental chileno, aunque son lógicas expandidas a nivel global (Luengo, Olmedo, Santa Cruz y Saura, 2012). Esto sumado a la falta de acuerdos con la oposición, llevo a que la ley sufriera modificaciones que incluyeron aproximadamente seiscientos indicaciones (Bachelet, 2015). Dentro de esos cambios, ya sea al proyecto de ley o a las mismas indicaciones sugeridas en los trámites parlamentarios, la ley sufrirá un “desplazamiento” respecto a su espíritu desmercantilizador que detallamos con los conceptos de fin al lucro, fin a la selección y el fin al financiamiento compartido.

La eliminación del lucro en la educación subvencionada quedó básicamente sujeto a la imposibilidad para que los dueños de escuelas puedan extraer utilidades con la subvención que entrega el Estado, dejando afuera otras formas de lucrar con esos recursos como puede ocurrir con la contratación de servicios externos. El gobierno consideró que el argumento para prohibir el lucro en las escuelas no aplica para prohibirlo en este tipo de servicios (Biblioteca del Congreso Nacional de Chile/BCN, 2015, p. 319).

Con respecto al fin a la selección escolar, ésta quedo – tal como lo proponía el proyecto de ley- establecida solamente para las escuelas subvencionadas por el Estado, aunque en el primer trámite en la cámara de diputados, el ex líder del movimiento estudiantil Jackson<sup>2</sup> presenta una indicación al artículo 12 que modifica al de la Ley General de Enseñanza para que las escuelas privadas no puedan seleccionar hasta sexto de primaria. Esta indicación, era acorde a la nueva idea de la educación como derecho social, sin embargo, la oposición reaccionó intentando frenar esta medida y contó con el apoyo de la Democracia Cristiana quienes solicitan la eliminación de esta indicación por considerar que no forma parte de las ideas matices de la ley legislar sobre las escuelas particulares (Biblioteca del Congreso Nacional de Chile/BCN, 2015, p. 1098). Además, desde la misma Democracia Cristiana se solicita que las escuelas subvencionadas por el Estado de alta exigencia académica o de especialización temprana puedan seleccionar a un 30% de sus vacantes desde primero de secundaria, lo que finalmente vendrá incluido en el artículo 7 de la ley.

Sobre el fin al financiamiento compartido, el Estado de forma progresiva asume el cobro que las escuelas particulares subvencionadas realizaban obligatoriamente a las familias, pero se establece que los padres podrán seguir aportando voluntariamente. Esto en el proyecto de ley se consideraba como una donación, por lo que el monto se descontaría del total de la subvención. Para revertir esto, un grupo de diputados principalmente del

---

<sup>2</sup> Presidente de la Federación de estudiantes de la Universidad Católica de Chile durante las movilizaciones del año 2011 y diputado de la República de Chile desde el año 2014.



partido demócrata cristiano, presentan una indicación para crear un aporte voluntario que no tenga el mismo tratamiento de una donación. Así, con la aprobación de esta indicación, nace un nuevo concepto de aporte voluntario de los padres que no imputará a la subvención siempre y cuando no sean regulares y se utilicen exclusivamente para financiar actividades extracurriculares. Una vez aprobada la indicación, no se considera el fundamento de la educación como derecho social para el fin al financiamiento compartido que sostiene que los aportes económicos sobre la subvención estatal se traducen en una desigual distribución de la educación (Atria, 2014). Solamente se esboza cierta preocupación por considerar que el origen del aporte voluntario y del financiamiento compartido son similares (Biblioteca del Congreso Nacional de Chile/BCN, 2015, p. 1742).

## 6 DISCUSIÓN Y CONCLUSIONES

La ley de Inclusión Escolar supone un avance, ya que por primera vez desde la vuelta a la democracia, el Estado establece condiciones a las escuelas particulares subvencionadas para mantener la denominada “igualdad de trato” (Falabella, 2015) entre estas escuelas y las públicas. Precisamente, el hecho de que el Estado durante aproximadamente dos décadas no haya establecido una distinción entre los ámbitos público y privado, contribuyó en que él mismo ha quedado disminuido frente a la gran relevancia que alcanzó el sector privado en educación lo que ha dificultado la transformación de las políticas públicas (Bellei, 2016). Esta problemática queda manifiesta en la oposición que encontró el gobierno en el parlamento para conseguir la aprobación de la ley, en donde debió consensuar no sólo con la derecha, sino que también dentro de su propia coalición para llevarla adelante. En efecto, estos consensos son los que impiden hablar de una reforma que efectivamente elimina al mercado de la educación chilena. Así, por ejemplo, los servicios educativos externos pueden seguir lucrando, se permite - aunque con condiciones - que los padres sigan aportando a la educación de sus hijos y la selección de estudiantes queda permitida en ciertas escuelas. Además no se cambia la formulación tradicional del principio educativo chileno nacido en la reforma neoliberal de la educación, el cual reconoce a la familia como el principal actor educativo y por ende le da libertad para escoger la escuela de sus preferencias, así como tampoco se modifica el sistema de financiamiento a la demanda. Ambas prácticas, de acuerdo a Ball y Youdell (2008) corresponden a la lógica de mercado en educación. Finalmente, con la aprobación de la ley de Inclusión Escolar se busca eliminar tres prácticas de mercado de las escuelas financiadas con recursos públicos que los movimientos estudiantiles pusieron en cuestión. Con esta prohibición el sistema educativo chileno, si bien se acerca a prácticas habituales

en países desarrollados de Norte América y Europa (ver Bellei, 2015), no obstante transita solamente hacia un sistema educativo de cuasi-mercado (Bellei, 2016). Es por esto que resulta imposible afirmar que en Chile se ha reemplazado el paradigma de mercado en educación por el de derecho social tal como lo afirmaba la reforma.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Atria, F., Larraín, G., Benavente, J.M., Couso, J. y Joignant, A. (2013). *El otro modelo: Del orden neoliberal al régimen de lo público*. Santiago: Debate.

Atria, F. (2014). *Derechos sociales y educación: un nuevo paradigma de lo público*. Santiago: LOM Ediciones.

Bachelet, M. (2013). *Chile de todos. Programa de Gobierno Michelle Bachelet 2014-2018*. Recuperado de <http://michellebachelet.cl/programa>

Bachelet, M. (2015). *Discurso de S.E. la Presidenta de la República, Michelle Bachelet, al promulgar Ley N° 20.845 de Inclusión Escolar*. Recuperado de <https://2014-2018-prensa.presidencia.cl/discurso.aspx?id=16180>

Ball, S. J. y Youdell, D. (2008). *Hidden privatisation in public education*. Brussels: Education International.

Bellei, C. (2015). *El gran experimento: Mercado y privatización de la educación chilena*. Santiago de Chile: LOM Ediciones.

Bellei, C. (2016). Dificultades y resistencias de una reforma para des-mercantilizar la educación. *RASE: Revista de La Asociación de Sociología de La Educación*, 9(2), 232-247.

Bellei, C. y Cabalín, C. (2013). Chilean student movements: sustained struggle to transform a market-oriented educational system. *Current Issues in Comparative Education*, 15 (2), 108-123.

Bellei, C., Cabalín, C. y Orellana, V. (2014). The 2011 Chilean student movement against neoliberal educational policies. *Studies in Higher Education*, 39(3), 426-440.

Biblioteca del Congreso Nacional de Chile/BCN (2015). *Historia de la Ley N° 20845*, Chile.

Boric, G. (2012). Los horizontes del movimiento estudiantil. *Le Monde Diplomatique*. Recuperado de: <https://www.lemondediplomatique.cl/Los-horizontes-del-movimiento.html>

Cabalín, C. (2012). Neoliberal Education and Student Movements in Chile: Inequalities and Malaise. *Policy Futures in Education*, 10(2), 219-228.

Canales, M., Bellei, C. y Orellana, V. (2016). ¿Por qué elegir una escuela privada subvencionada? Sectores medios emergentes y elección de escuela en un sistema de mercado. *Estudios Pedagógicos*, 42(3), 89-109.

Falabella, A. (2015). El mercado escolar en Chile y el surgimiento de la Nueva Gestión Pública: el tejido de la política entre la dictadura neoliberal y los gobiernos de la centroizquierda (1979 a 2009). *Educação & Sociedade*, 36(132), 699-722.

Friedman, M (1966). *Capitalismo y Libertad*. Madrid: Rialp.

García-Huidobro, J. E. (2011). Movilizaciones estudiantiles, un intento de interpretación. *Cuaderno de Educación*, 35.

Garretón, M.A., Cruz, M. A., Aguirre, F., Bro, N., Fariás, E., Ferreti, P. y Ramos, T. (2011). Movimiento social, nuevas formas de hacer política y enclaves autoritarios: Los debates del Consejo Asesor para la Educación en el gobierno de Michelle Bachelet en Chile. *Polis*, 10(30), 117-140.

Hsieh, C-T. y Urquiola, M. (2006). The effects of generalized school choice on achievement and stratification: Evidence from Chile's voucher program. *Journal of Public Economics*, 90(8-9), 1477-1503.

Jessop, B. (2010). Cultural political economy and critical policy studies. *Critical Policy Studies*, 3(3-4), 336-356.

Jofré, G. (1988). El sistema de subvenciones en educación: la experiencia chilena. *Estudios Públicos*, 32, 197-237.

Luengo, J., Olmedo, A., Santa Cruz, E. y Saura, G. (2012). Nuevas formas, nuevos actores y nuevas dinámicas de la privatización en educación. *Profesorado. Revista de currículum y formación del profesorado*, 16(3), 3-12.

Marshall, T. H. (1950). *Citizenship and Social Class and Other Essays*. Cambridge: Cambridge University Press.

Moulian, T. (1997). *Chile anatomía de un mito*. Santiago: LOM Ediciones.

Ministerio de Educación (2015). *Cuenta pública año 2014*.

OECD. (2013), *Education at a Glance 2013: OECD Indicators*, OECD Publishing. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.1787/eag-2013-en>

Parcerisa, L. y Falabella, A. (2017). La consolidación del Estado evaluador a través de políticas de rendición de cuentas: Trayectoria, producción y tensiones en el sistema educativo chileno. *Education Policy Analysis Archives*, 25(89).

Picazo, M.I. y Pierre, C. (2016). La educación como derecho social: La construcción del referencial de acción pública del movimiento estudiantil chileno. *Revista Uruguaya de Ciencia Política*, 25, 99-120.

Ruiz, C. (2010). *De la república al mercado*. Santiago: LOM Ediciones.

Ruiz, C. (2012). La República, el Estado y el mercado en educación. *Revista de Filosofía*, 68, 11-28.

Schriewer, J. (1990). The Method of Comparison and the Need for Externalization: Methodological Criteria and Sociological Concepts. En J. Schriewer y B. Holmes (Eds.) *Theories and Methods in Comparative Education* (pp. 25-83). Frankfurt am Main: Peter Lang.

Segovia, C. y Gamboa, R. (2012). Chile: el año en que salimos a la calle. *Revista de Ciencia Política*, 32(1), 65-86.

Valenzuela, J., Villalobos, C. y Gomez, G. (2013). *Segregación y polarización del sistema escolar chileno y tendencias recientes: ¿Que ha sucedido con los grupos medios?* Espacio Público, Documento de Referencia N° 3.

Verger, A. (2016). The Global Diffusion of Education Privatization: Unpacking and Theorizing Policy Adoption. En K. Mundy, A. Green, B. Lingard y A. Verger (Eds.) *Handbook of Global Education Policy* (pp. 64-80). New York: Wiley-Blackwell.

Verger, A., Fontdevila, C. y Zancajo, A. (2017). Multiple paths towards education privatization in a globalizing world: a cultural political economy review. *Journal of Education Policy* 32 (6), 757-787.

## SOBRE A ORGANIZADORA

**Paula Arcoverde Cavalcanti** - Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora Titular da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), atuando na graduação em Licenciatura em Geografia, Licenciatura em Letras e na Pós-Graduação em Geografia e Desenvolvimento Territorial. Integra Grupo de Pesquisa - CNPq - Análise de Políticas de Inovação (GAPI), vinculado ao Departamento de Política Científica e Tecnológica da UNICAMP. Atuou como Coordenadora do Curso de Pedagogia (Campus XIII-UNEB), Coordenadora da Pós-Graduação Mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional e Coordenadora do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). Tem atuado profissionalmente na área Gestão Pública, Análise e Avaliação de Políticas Públicas e de Educação. Autora dos livros “Análise de políticas públicas: um estudo do Estado em ação” e “Gestão Estratégica Pública”.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Actitudes ambientales 153, 164

Aprendizagem 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 53, 57, 67, 68, 70, 72, 87, 88, 102, 119, 120, 124, 125, 126, 128, 247, 259, 261, 262, 264, 266, 274, 276

Arte 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 43, 107, 147, 278

Assiduidade 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 87

Autocuidado 259, 263, 266

### C

Calidad 43, 110, 129, 155, 158, 165, 166, 168, 169, 170, 172, 198, 199, 200, 201, 203, 252, 255, 284, 290, 293, 305, 310, 311, 312, 318, 319, 321, 322, 332, 334

Chile 163, 189, 190, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 218, 219

Ciclos 37, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 200, 298, 303, 309,

Cinema 1, 2, 6, 8, 9

Citas 130

Competencias 11, 14, 20, 21, 160, 163, 169, 170, 175, 182, 200, 201, 205, 207, 223, 281, 282, 288, 289, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 315

Conciencia Ambiental 153, 154, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164

Cuidador 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268

Currículo 2, 10, 32, 102, 123, 125, 126, 127, 128, 131, 187, 269, 270, 271, 272, 273, 276, 279, 303

### D

Democratização do ensino 118, 119, 120

Desmercantilizador 194

Deterioro Ambiental 153, 154, 155, 156

Dialogismo 55, 57, 58, 59, 61, 62, 66

Direito à educação 93, 96, 104, 107

Discapacidad 165, 166, 167, 168, 169, 175, 179, 186

Discurso 55, 59, 60, 61, 64, 66, 67, 68, 69, 71, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 86, 89, 90, 91, 94, 96, 101, 102, 103, 114, 133, 192, 196, 237, 238, 239, 240, 242, 243, 244, 245, 247, 333, 337, 343

Dispositivos 103, 106, 110, 231, 287, 294, 315, 324

Diversidade 24, 37, 124, 125, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 276, 277, 279

## E

Educação 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 36, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 55, 63, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 78, 81, 83, 85, 86, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 117, 118, 119, 121, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 196, 221, 267, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 279, 323

Educação de adultos 73, 74, 75, 90, 91

Educação infantil 3, 6, 29, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 127

Educación 13, 14, 15, 20, 21, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 115, 116, 117, 129, 130, 132, 133, 134, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 162, 163, 164, 165, 168, 169, 171, 174, 175, 176, 179, 180, 181, 182, 185, 186, 187, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 200, 206, 210, 211, 215, 218, 219, 220, 221, 223, 224, 225, 227, 228, 229, 230, 235, 236, 237, 239, 241, 247, 249, 250, 258, 281, 283, 284, 286, 289, 290, 291, 292, 295, 297, 299, 300, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 312, 313, 318, 319, 320, 321, 322, 324, 325, 326, 327, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 340, 342, 343, 345

Educación ambiental 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 162, 163, 164

Educación superior 21, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 115, 116, 117, 140, 142, 164, 239, 249, 250, 281, 283, 284, 286, 289, 290, 291, 297, 300, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 309, 318, 319, 320, 321, 336

Enseñanza 11, 13, 14, 17, 18, 19, 20, 111, 112, 140, 145, 146, 148, 150, 151, 152, 156, 157, 170, 171, 172, 180, 187, 194, 198, 200, 201, 205, 208, 217, 220, 221, 224, 225, 229, 230, 231, 233, 234, 235, 237, 238, 239, 240, 246, 247, 282, 288, 291, 292, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 303, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 319, 320, 321, 335, 336, 340, 344

Ensino fundamental 78, 87, 92, 98, 99, 101, 106, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 128

Ensino superior 33, 34, 35, 36, 38, 43, 44, 78, 105

Enunciação 55, 58, 60, 63, 64, 65, 66, 72

Estado-Nación 220, 221, 223, 283

Estratégias 22, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 39, 40, 41, 42, 44, 48, 53, 66, 68, 86, 88, 96, 99, 261, 273, 274

Estudiantes 15, 130, 132, 134, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 150, 151, 152, 153, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 171, 190, 194, 195, 198, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 208, 210, 211, 212, 214, 215, 216, 217, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 244, 245, 246, 250, 251, 253, 254, 255, 256, 257, 289, 301, 303, 311, 313, 316, 318, 319, 320, 322, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344

Estudios de Máster 248, 249, 250, 251, 253, 254, 256, 257

Exclusión 165, 166, 167, 183, 185, 222

Experiencia en proyectos 145

## F

Formação 1, 2, 5, 6, 9, 10, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 35, 41, 42, 43, 55, 56, 57, 58, 59, 66, 70, 71, 72, 93, 94, 95, 96, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 120, 121, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 221, 261, 262, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 279, 323, 324

Formação continuada 22, 23, 24, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 55, 56, 57, 58, 59, 70, 71, 72, 107,

Formação de professoras 1

Formação inicial de professores 93, 105

Formación 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 108, 110, 111, 115, 116, 117, 130, 132, 141, 142, 144, 145, 146, 149, 152, 154, 156, 157, 159, 163, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 173, 179, 180, 181, 182, 185, 186, 187, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 207, 208, 210, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 220, 221, 222, 223, 224, 226, 227, 229, 230, 233, 236, 237, 239, 246, 247, 250, 255, 280, 281, 283, 284, 288, 289, 290, 295, 297, 298, 299, 300, 303, 304, 305, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 315, 317, 319, 321, 322, 324, 325, 327, 328, 330, 334, 335, 336, 338, 339, 340, 342, 343, 344, 345

Formación docente 108, 110, 111, 115, 116, 144, 145, 146, 149, 152, 198, 201, 202, 205, 228, 230, 239, 246, 280, 295, 298, 305, 307, 310, 317, 319, 336, 338, 343

Formación docente universitaria 108, 280, 319

Formación inicial 152, 198, 199, 204, 217, 218, 237, 239

Funcionários públicos 270, 272, 277

## G

Gênero 3, 9, 55, 63, 67, 68, 70, 125, 274

Gestores municipais 22, 23, 24, 27, 28, 30

Globalização 270, 271

## H

Historia regional 220, 221, 222, 234

## I

Identidad 13, 113, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 216, 217, 218, 219, 220, 223, 224, 227, 228, 229, 230, 234, 236, 243, 244, 251, 280, 281, 287, 288, 289, 290, 293, 294, 295, 300, 305, 324, 334, 337, 340, 342, 345

Identidad del profesor universitario 280, 281, 287

Identidad docente 198, 200, 204, 205, 207, 217, 218, 219, 228, 236, 288, 290, 293, 294, 295, 337, 340, 345

Inclusión 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 175, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 186, 189, 191, 193, 195, 196, 222, 223, 312

Institucionalización 108, 111, 112, 113, 114, 115, 154, 295

Interacción 14, 144, 145, 146, 151, 171, 191, 209, 214, 237, 257, 293, 327

Investigación 15, 16, 19, 20, 108, 109, 113, 115, 116, 117, 130, 133, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 150, 151, 153, 159, 160, 162, 171, 189, 191, 198, 200, 202, 205, 206, 208, 209, 210, 212, 215, 218, 219, 220, 225, 229, 234, 235, 236, 237, 239, 247, 248, 250, 251, 252, 253, 254, 258, 284, 285, 286, 290, 291, 292, 305, 306, 308, 309, 312, 313, 317, 318, 320, 322, 324, 325, 336, 337, 338, 339, 340, 342, 343, 344, 345

Investigación cualitativa 198, 209, 218, 235, 237, 247, 336

## L

Länder 165, 166, 167, 168, 169, 171, 175, 176, 178, 183, 184, 185, 186, 187

Ley de Inclusión Escolar 189, 191, 193, 195

## M

Mercado escolar 189, 196

Método Delphi 248, 249, 251, 252

MOBRAL 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92

Motivação 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 261

## N

Normalistas 322, 323, 324, 325, 328, 330

Normas APA 130, 140



## O

Organização curricular 118, 119, 120, 121, 274,

## P

Pasantías 19, 144, 145, 146, 147, 149, 150, 151, 152

Perfil 12, 16, 22, 28, 30, 32, 35, 78, 104, 105, 106, 159, 182, 200, 252, 253, 295, 298, 299, 300, 307, 322, 323, 324, 325, 326, 334

Perfil docente universitario 307

Plagio 130, 131, 132, 133, 134, 139, 140, 141, 142, 143

Pluriculturalidad 221, 225, 234

Políticas educacionais 93, 95, 99, 102, 119, 128

Postgrado 11, 16, 20

Prácticas de enseñanza 237, 238, 239, 240, 246, 316

Procesos de contextualización 237, 240, 241, 242

Profesionalidad 170, 336, 337

Profesorado universitario 239, 298, 299, 306, 307, 309, 310, 321

Professores de educação física 45, 46, 48, 49, 52, 53

Psicoeducação 259, 266

## R

Recursos Naturales 153, 154

Referencias 43, 71, 109, 112, 113, 130, 141, 152, 187, 196, 218, 236, 247, 258, 305, 319, 335,

Residencia 11, 12, 13, 14, 16, 17, 19, 20, 217, 227, 239, 246, 256

Revolución 233, 305, 320, 322, 324, 325, 329, 335

## S

Salud 11, 12, 13, 14, 15, 16, 19, 20, 21, 193, 212, 322, 326, 327, 334

Sentido 6, 17, 34, 35, 37, 41, 59, 61, 63, 64, 65, 66, 68, 73, 81, 82, 83, 85, 94, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 113, 114, 119, 126, 128, 171, 191, 192, 201, 206, 209, 210, 219, 220, 221, 223, 224, 225, 226, 227, 229, 230, 231, 233, 234, 236, 239, 240, 246, 261, 265, 271, 272, 274, 278, 283, 286, 288, 292, 298, 302, 309, 310, 316, 318, 319, 321, 333, 340

Subjetividad 206, 282, 336, 337, 340

## T

Teoria da autodeterminação 46, 47, 49

Transiciones académicas 249, 256

Trayectoria de acceso 249

Tutoría 145, 152

## U

UNDIME 22, 23, 24, 27, 28, 29, 30, 31, 32

Universidad 11, 12, 13, 16, 21, 108, 111, 112, 116, 117, 129, 130, 133, 142, 144, 145, 146, 149, 151, 153, 156, 163, 164, 189, 194, 198, 200, 218, 222, 229, 237, 239, 248, 250, 258, 280, 281, 282, 284, 285, 286, 287, 289, 291, 293, 296, 304, 305, 306, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 335, 336

## V

Vicisitudes 198, 199, 202

Vocación 116, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 207, 208, 211, 216, 217, 218, 281, 289, 290, 294, 329, 339, 341, 343



**EDITORA  
ARTEMIS**